

RESOLUÇÃO ARPE Nº 188, DE 28 DE MAIO DE 2021.

Estabelece condições e procedimentos para monitoramento e fiscalização dos serviços pactuados com Entidades Privadas sem fins econômicos, qualificadas no Sistema Integrado de Prestação de Atividades Públicas Não - Exclusivas do Estado de Pernambuco.

A AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - ARPE, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 12.524, de 30 de dezembro de 2003 e alterações, regulamentada pelo Decreto nº 30.200, de 09 de fevereiro de 2007; e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual nº 11.743, de 20 de janeiro de 2000 e alterações, regulamentada pelo Decreto nº 23.046, de 19 de fevereiro de 2001, alterado pelo Decreto nº 48.735, de 29 de fevereiro de 2020, que instituiu o Sistema Integrado de Prestação de Atividades Públicas Não - Exclusivas e dispõe sobre a qualificação e funcionamento das Organizações Sociais (OS) e das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP);

RESOLVE:

CAPÍTULO I - DO OBJETIVO

Art. 1º Definir e estabelecer as condições e os procedimentos para o monitoramento e a fiscalização dos Contratos de Gestão e Termos de Parceria, pactuados com as entidades qualificadas no Sistema Integrado de Prestação de Atividades Públicas Não-Exclusivas.

CAPÍTULO II – DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os fins desta Resolução são adotadas as seguintes definições:

- I. **Entidade Social:** as Organizações Sociais (OS), qualificadas por Decreto Estadual, legitimadas em sua atuação, mediante Contrato de Gestão celebrado com o Estado ou as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), qualificadas por Decreto Estadual, legitimadas em sua atuação, mediante Termo de Parceria firmado com o Estado;
- II. **Parceiro Público:** órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, executores das atividades relacionadas à área de atuação do Sistema Integrado de Prestação de Atividades Públicas Não-Exclusivas;
- III. **Agente Fiscal:** servidor da Arpe executor das ações de fiscalização e de monitoramento;
- IV. **Instrumento de Pactuação:** documento contratual estabelecido entre o Parceiro Público e a Entidade Social que, de acordo com a natureza desta, pode ser Contrato de Gestão ou Termo de Parceria;
- V. **Eficácia:** é a quantidade e qualidade de produtos e serviços entregues ao usuário;
- VI. **Economicidade:** refere-se à obtenção e uso de recursos com o menor ônus possível, dentro dos requisitos e da quantidade exigida pelos insumos, gerando adequadamente os recursos financeiros e físicos;
- VII. **Eficiência:** é a relação entre os produtos/serviços gerados com os insumos

utilizados, relacionando o que foi entregue e o que foi consumido de recursos, usualmente sob a forma de custos ou produtividade;

- VIII. **Efetividade:** são os impactos gerados pelos produtos/serviços, processos ou projetos.
- IX. **Monitoramento:** atividade de regulação exercida pela Arpe objetivando acompanhar, sistematicamente, o desempenho da Entidade Social, os resultados obtidos e o atendimento às metas pactuadas;
- X. **Plano de Monitoramento das Atividades (PMA):** instrumento técnico, elaborado em conjunto com a Entidade Social e/ou Parceiro Público, sob a responsabilidade da Arpe, que visa disciplinar e/ou organizar o acompanhamento das ações desenvolvidas por uma Entidade Social para atingir os resultados pactuados;
- XI. **Relatório de Monitoramento:** documento que descreve os resultados (parcial ou final) alcançados na aplicação do PMA;
- XII. **Fiscalização:** atividade de regulação exercida pela Arpe, de forma rotineira, com vistas à verificação dos serviços regulados, objetivando apurar se estão sendo efetivamente prestados de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais pertinentes;
- XIII. **Fiscalização Especial:** fiscalização não rotineira, motivada por excepcionalidades, caracterizadas como questões pontuais e agudas, típicas de denúncias ou solicitações de autoridades, ou aspectos que, por qualquer razão, a Arpe entenda necessário averiguar;
- XIV. **Relatório de Fiscalização:** documento que apresenta o resultado da atividade de fiscalização realizada pela Arpe;
- XV. **Constatação:** descrição de procedimentos ou fatos identificados nas atividades de monitoramento e fiscalização realizadas pela Arpe, inerentes à prestação das atividades públicas não-exclusivas pactuadas;

- XVI. **Recomendação:** corresponde a uma ação ou procedimento, cujo atendimento pela Entidade Social e/ou o Parceiro Público é desejável do ponto de vista de melhoria, e que os resguardará de eventuais responsabilidades decorrentes de possível inadequação;
- XVII. **Determinação:** corresponde a uma ação emanada da Arpe a ser cumprida pela Entidade Social, no prazo especificado;
- XVIII. **Decisão:** corresponde à deliberação, tomada pela Diretoria Colegiada da Arpe quanto à determinada etapa ou fase de um processo, sobre questões que necessitem de formalização;
- XIX. **Não Conformidade:** situação em que a Entidade Social e/ou o Parceiro Público se encontrem em desacordo com os dispositivos legais, regulamentares ou contratuais que disciplinam a prestação das atividades públicas não-exclusivas;
- XX. **Termo de Notificação (TN):** documento emitido pela Arpe, visando dar conhecimento à Entidade Social das constatações feitas durante as ações de fiscalização, podendo incluir Determinações e/ou Recomendações da Agência;
- XXI. **Auto de Infração (AI):** documento através do qual se imputa penalidade à Entidade Social pela ocorrência de não conformidade;
- XXII. **Recurso:** instrumento elaborado pela Entidade Social com o objetivo de provocar na Arpe a revisão de uma decisão que lhe é desfavorável em um processo administrativo;
- XXIII. **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC):** instrumento alternativo à penalidade de multa, que cria obrigações para a Entidade Social perante a Arpe, com base no disposto no inc. XIV do art. 4º, da Lei 12.524, de 30 de dezembro de 2003 e alterações, visando à adoção de medidas específicas para cessar ou corrigir não conformidades.

CAPÍTULO III - DA ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS

Art.3º Deverão ser encaminhados à apreciação da Arpe, por meio digital:

§ 1º Pelo Parceiro Público:

- I. Antes da celebração do Instrumento de Pactuação:
 - a. Minuta do Edital, quando houver;
 - b. Termo de Referência em que conste o objeto a ser pactuado e as condições para sua realização, incluindo as cláusulas básicas e específicas; sistemática de acompanhamento e de avaliação, contendo metas e indicadores de desempenho, bem como a especificação da dotação orçamentária correspondente aos pagamentos;
 - c. Minuta do Instrumento de Pactuação com todos os seus anexos.
- II. Os documentos mencionados no inciso anterior deverão ser encaminhados à Arpe com antecedência de 60 (sessenta) dias da realização da seleção ou assinatura do instrumento de pactuação, sob pena de ficar prejudicado o regular trâmite de análise, podendo acarretar irregularidade nos instrumentos de pactuação.
- III. Após a assinatura, extrato do instrumento de pactuação e da nomeação da comissão de fiscalização e acompanhamento do contrato de gestão ou termo de parceria, publicado no DOE, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

§ 2º Pela Entidade Social, em até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do instrumento de pactuação, observadas as penalidades previstas no Capítulo VII desta resolução:

- I. Cópia do instrumento de pactuação assinado e os seus anexos;
- II. Planilha de metas e indicadores em formato editável;
- III. Programa de trabalho da Entidade Social;
- IV. Extrato de publicação do decreto de qualificação da Entidade Social.

Art. 4º A Arpe emitirá parecer sobre a sistemática de metas e indicadores no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos indicados no Art. 3º, § 1º, Inciso I e encaminhará para o Parceiro Público, com cópia à Entidade Social, quando for o caso.

§ 1º O parecer terá como objetivo identificar se os indicadores ou critérios de avaliação de desempenho são suficientes e adequados para aferir o cumprimento das metas, quanto aos aspectos de eficácia, qualidade, economicidade, eficiência e efetividade.

§ 2º A Arpe poderá solicitar informações e dados complementares, necessários à emissão do parecer, o que implicará na interrupção do decurso do prazo previsto no caput deste artigo.

§ 3º Caso o parecer apresente ressalvas a serem respondidas ou sanadas pelo parceiro público, estes esclarecimentos e/ou retificações devem ser enviados à Arpe no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CAPÍTULO IV – DA ATIVIDADE DE MONITORAMENTO

Art. 5º O Monitoramento tem por finalidades principais:

- I. Fomentar a melhoria da gestão dos serviços pactuados, mediante o acompanhamento sistemático das metas, indicadores de desempenho ou fatores de produtividade estabelecidos nos Instrumentos de Pactuação;
- II. Acompanhar a realização das atividades previstas, o alcance dos objetivos e o cumprimento das metas estabelecidas aferindo o percentual de realização, utilizando os critérios de avaliação de desempenho definidos nos Instrumentos de Pactuação;
- III. Aferir os níveis de eficácia e eficiência na execução das ações desenvolvidas pela Entidade Social, bem como possíveis falhas ou distorções, e suas respectivas correções, no âmbito dos serviços pactuados;

- IV. Verificar e acompanhar a implantação de Recomendações e/ou o atendimento das Determinações emanadas pela Arpe.

Art. 6º O Monitoramento compreende as seguintes atividades:

- I. Elaboração, em conjunto com a Entidade Social, do Plano de Monitoramento das Atividades (PMA), no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento dos documentos indicados no Art. 3º, § 2º;
- II. Análise de documentos inerentes às atividades monitoradas;
- III. Vistorias técnicas, a critério da Arpe;
- IV. Elaboração dos Relatórios de Monitoramento, contendo todas as informações pertinentes ao monitoramento realizado, conforme periodicidade prevista no PMA;

Parágrafo único. O PMA, previsto no inciso I deste artigo, poderá ser elaborado com a participação do Parceiro Público nos casos em que a Arpe julgar relevante o monitoramento conjunto.

Art. 7º O Plano de Monitoramento das Atividades (PMA) deverá conter os indicadores a serem acompanhados, bem como o tipo e a periodicidade para o fornecimento de dados e informações.

Art. 8º Os Relatórios de Monitoramento, produzidos pela Arpe, serão encaminhados ao Parceiro Público com cópia à Entidade Social.

CAPÍTULO V - DA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO

Art. 9º A atividade de fiscalização visará atender aos seguintes objetivos principais:

- I. Avaliar o alcance dos objetivos e o cumprimento das metas estabelecidas, através dos indicadores ou critérios de avaliação definidos nos Instrumentos de Pactuação;
- II. Avaliar os resultados obtidos pela Entidade Social, bem como a capacidade de execução em relação às metas pactuadas.

Art. 10 A fiscalização compreende as seguintes atividades:

- I. Comunicação formal à Entidade Social, informando o período e o local da fiscalização, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis;
- II. Solicitação e análise de documentos necessários às atividades da fiscalização;
- III. Reunião, quando for o caso, com os responsáveis pela Entidade Social a ser fiscalizada para esclarecimentos de todos os assuntos relativos à fiscalização;
- IV. Registro fotográfico, com fotos datadas, que integrarão o Relatório de Fiscalização;
- V. Elaboração do Relatório de Fiscalização, contendo todas as constatações feitas durante a fiscalização, explicitando as não conformidades, com fundamento na legislação, e instrumentos de ajuste, estabelecendo os respectivos prazos para regularização, independente da aplicação das penalidades previstas nesta Resolução.

§ 1º A fiscalização será realizada por dois ou mais Agentes Fiscais, acompanhados por representante da Entidade Social.

§ 2º A critério da Arpe, quando constatado indícios de irregularidade na prestação dos serviços, e em virtude da oportunidade ou emergência da ocorrência, fica dispensada a comunicação a que se refere o inciso I deste artigo, devendo o responsável pela atividade de fiscalização providenciar a imediata notificação da Entidade Social.

§ 3º A existência de problemas de qualquer natureza não observados ou não constatados pela Arpe não exime a Entidade Social da responsabilidade de monitorá-los e corrigi-los permanentemente.

§ 4º A fiscalização da Arpe não diminui a responsabilidade do Parceiro Público nem da Entidade Social quanto à execução das atividades, em especial na correção e na legalidade dos atos que praticar.

§ 5º As não conformidades atribuídas ao parceiro público, quando constatadas, serão registradas no relatório de fiscalização para adoção das medidas pertinentes junto aos órgãos de controle, não excluídos outros procedimentos cabíveis.

Art. 11 O Agente Fiscal poderá interagir com os Parceiros Públicos para obter dados, informações, cópia de documentos, ou outros instrumentos que sejam correlatos, com o objetivo de respaldar a elaboração do Relatório de Fiscalização.

Art. 12 A ação fiscalizadora será consubstanciada em Relatório de Fiscalização, que será composto, quando for o caso, de termo de notificação, emitido em duas vias, conforme a Resolução Arpe nº 083, de 30 de julho de 2013.

Art. 13 A Arpe poderá, a qualquer tempo, solicitar esclarecimentos e informações complementares acerca das determinações decorrentes de fiscalizações realizadas, que deverão ser respondidas no prazo de 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogados por igual período a depender da demanda do questionamento realizado, e ainda, reiterar tais solicitações quando o pronunciamento da Entidade Social não tenha sido satisfatório.

CAPÍTULO VI - DAS AÇÕES DE TRANSPARÊNCIA

Art. 14 As entidades sociais, ao celebrarem com o parceiro público instrumentos de pactuação, independente de previsão nos respectivos instrumentos, deverão manter em seus *sites* institucionais uma aba com o título “transparência”, na qual, obrigatoriamente sejam disponibilizados:

- I. Contratos de gestão ou termos de parceria, com seus respectivos planos de trabalho;
- II. Aditivos dos contratos de gestão ou termos de parceria;
- III. Relatório de execução físico e financeira parcial e total;
- IV. Demonstrativos contábeis (balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração de fluxo de caixa e notas explicativas);
- V. Relatório da auditoria externa;
- VI. Relatório anual de ações e atividades realizadas;
- VII. Regulamento de políticas de compras e contratação de obras e serviços;
- VIII. Relação de contratos assinados e os respectivos aditivos;
- IX. Regulamento de recrutamento, seleção e admissão de pessoal;
- X. Outros documentos a critério da Arpe.

§ 1º As informações dispostas no “caput” deste artigo devem estar disponíveis para consulta no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da assinatura do respectivo Contrato de Gestão e de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do respectivo Termo de Parceria.

§ 2º Se a Entidade Social administrar mais de uma unidade (projeto, atividade, núcleo, ou outra) as informações devem ser disponibilizadas separadamente, por unidade.

CAPÍTULO VII – DAS PENALIDADES

Art. 15 As infrações às disposições legais, regulamentares e contratuais sujeitarão a Entidade Social, os respectivos gestores ou quem aufera benefício de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, às penalidades de:

- I. Advertência;
- II. Multa;
- III. Recomendação de desqualificação.

Parágrafo único. A aplicação de sanção pela Arpe não exime a Entidade Social de desenvolver as ações que visem à regularização e à reparação dos efeitos sobrevindos das infrações.

Seção I – Da Advertência

Art. 16 São infrações sujeitas à imposição de penalidade de advertência:

- I. Não apresentar justificativa plausível para a falta de representantes em reuniões convocadas pela Arpe;
- II. Deixar de encaminhar, nos prazos estabelecidos:
 - a. Informações definidas na legislação, nos regulamentos, e/ou nos Instrumentos de Pactuação;
 - b. Dados e informações para o acompanhamento das ações monitoradas ou que venham a ser solicitadas adicionalmente;
 - c. Documentos que comprovem o atendimento às Determinações emanadas pela Arpe;
- III. Não manter organizadas e atualizadas as informações do portal da transparência da entidade.

Art. 17 Ocorrendo reincidência de infração punida por meio de advertência será aplicada multa correspondente ao Grupo I, estabelecida no Art. 18, Inciso I, desta Resolução.

Parágrafo único. Entende-se por reincidência, para fim de agravamento das penalidades de que trata este artigo, a repetição de falta de igual natureza no período de 12 (doze) meses, após decisão irrecorrível na esfera administrativa.

Seção II - Da Multa

Art. 18 A penalidade de multa deverá observar o limite de 0,5% (cinco décimos por cento), calculado sobre o valor da receita anual, proveniente de repasse ou utilização de bens públicos, da Entidade Social infratora, deduzidos os impostos incidentes, correspondente ao exercício anterior ao da lavratura do Auto de Infração, de acordo com os seguintes intervalos:

- I. Multa do Grupo I: até 50% do valor estipulado e/ou calculado no caput;
- II. Multa do Grupo II: até 100% do valor estipulado e/ou calculado no caput.

§1º Caso a Entidade Social não tenha ainda completado um exercício social será adotado o valor previsto no Instrumento de Pactuação.

§2º A penalidade de multa poderá ser aplicada independentemente do ressarcimento dos prejuízos ou danos causados ao Erário e adotando-se outras providências cabíveis.

Art. 19 Constitui infração sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo I:

- I. Não cumprir determinações da Arpe, conforme prazos e condições estabelecidas nos processos de fiscalização, ou qualquer outra notificação formal.
- II. Criar impedimentos, de qualquer natureza, para a ação fiscalizadora ou de monitoramento da Arpe.

Art. 20 Constitui infração sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo II:

- I. Sonegar processo, documento ou informação em monitoramentos, fiscalizações ou auditorias promovidas pela Arpe;
- II. Encaminhar documentos, dados ou informações falsos ou manipulados para dificultar a compreensão, induzindo a Arpe a conclusões equivocadas.

Art. 21 Na fixação do valor das multas serão consideradas a abrangência e a gravidade da infração, os danos dela resultantes para a sociedade, possíveis vantagens auferidas pela Entidade Social.

Art. 22 Ocorrendo reincidência da infração punidas por meio de multa, será aplicado acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da multa anterior.

Parágrafo único. Entende-se por reincidência, para fim de agravamento das penalidades de que trata este artigo, a repetição de falta de igual natureza no período de 12 (doze) meses, após decisão irreversível na esfera administrativa.

Art. 23 Nas não conformidades praticadas pelas Entidades Sociais poderão ser punidos com a sanção de multa seus administradores ou controladores quando tiverem agido comprovadamente de má-fé, assegurado o direito do contraditório e da ampla defesa.

Art. 24 Na hipótese da ocorrência concomitante de mais de uma infração, serão aplicadas, simultânea e cumulativamente, as penalidades correspondentes a cada uma delas, respeitado o limite do caput do Art. 18 desta Resolução.

Art. 25 Nos processos administrativos punitivos serão obedecidos os procedimentos relativos à instauração e publicidade, assim como à interposição e juízo de reconsideração de recursos, definidos na Resolução Arpe nº 083, de 30 de julho de 2013.

Seção III – Da Recomendação de Desqualificação

Art. 26 São infrações sujeitas à penalidade de recomendação de desqualificação:

- I. Malversação de bens e recursos de origem pública;
- II. Não cumprimento de cláusulas do Instrumento de Pactuação, que resultem em danos graves à sociedade.

Art. 27 Ao ser constatada a prática das infrações constantes no Art. 26 desta Resolução, a Entidade Social fica sujeita a processo administrativo, assegurado o direito do contraditório e da ampla defesa. O processo administrativo será encaminhado à Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco, para apreciação e adoção das medidas administrativas pertinentes.

Parágrafo único. Qualquer cidadão, vedado o anonimato, respeitadas as prerrogativas do Ministério Público e desde que amparado por fundadas evidências de erro ou fraude, é parte legítima para requerer, administrativamente, a perda da qualificação da Entidade Social.

CAPÍTULO VIII – DO TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Art. 28 Poderá a Arpe, alternativamente à imposição de penalidade de multa, firmar com a Entidade Social Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), visando à correção de não conformidades.

§ 1º O TAC será submetido pela área responsável pela fiscalização que identificou a irregularidade à aprovação da diretoria da Arpe.

§ 2º Os compromissos e metas objeto do TAC referido neste artigo deverão, no seu conjunto, ser compatíveis com as obrigações previstas na legislação e nos Instrumentos de Pactuação regedores da prestação das atividades, descumpridas pela Entidade Social, bem como com a sua capacidade operacional.

§ 3º No TAC constará, obrigatoriamente, o estabelecimento de multa pelo seu descumprimento, cujo valor será correspondente ao montante da penalidade que seria aplicada, acrescido de 20% (vinte por cento).

CAPÍTULO IX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 29 Nas atividades de monitoramento e de fiscalização, a Arpe poderá agregar técnicos especialistas de áreas afins visando aperfeiçoar os processos e métodos empregados, bem como auxiliar nas análises e na fundamentação de decisões a serem tomadas.

Art. 30 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução Arpe nº 067, de 14 de dezembro de 2010 e quaisquer disposições em contrário.

Recife, 28 de maio de 2021.

SEVERINO OTÁVIO RAPOSO MONTEIRO
Diretor-Presidente

FREDERICO ARTHUR MARANHÃO TAVARES DE LIMA
Diretor de Regulação Econômico-Financeira

JULIANA DIAS MEDICIS
Diretora de Regulação Técnico-Operacional

CARLOS PORTO DE BARROS FILHO
Diretor Administrativo Financeiro